

## **Regionalismo Sul-Americano no século XXI: a desintegração regional da América do Sul de 2015-2021<sup>1</sup>**

Thaís Soares Pellosi<sup>2</sup>

**Resumo:** Novos debates surgem acerca da melhor maneira de organizar as relações internacionais, e é nesse panorama que partir de 2000 o tema da integração regional começa a ganhar maiores proporções no continente Sulamericano. Nesse cenário emergem importantes instituições regionais, as quais foram responsáveis pela manutenção das relações entre os países vizinhos, e garantia de seu desenvolvimento e autonomia no cenário global. Contudo, a partir de 2015 governos de direita passam a ascender na região, mesmo período em que se observa um declínio dessas organizações que haviam surgido. O presente trabalho procura compreender o panorama da integração até 2014, revisando o processo de emergência dos governos neoliberais e seus reflexos globais. Em adição, entender o estado de organizações como o Mercosul e a Unasul durante o período de ascensão neoliberal. Posteriormente, compreender o papel de atores regionais centrais nesse processo, Brasil, Chile e Argentina, para, por fim, analisar as possíveis causas de desintegração regional no contexto da ótica neoliberal, e suas consequências para os projetos políticos da América Latina. Para alcançar esses objetivos, será realizada uma revisão bibliográfica, utilizando pesquisas da área e documentos das próprias organizações e governos, a modo de obter uma análise qualitativa sobre os temas que competem à integração regional.

**Palavras-chave:** América Latina; Integração regional; Desintegração regional.

**Abstract:** New debates arise about the best way to organize international relations, and it is in this panorama that, starting from 2000, the theme of regional integration begins to gain greater proportions in the South American continent. In this scenario, important regional institutions emerged, the ones responsible for maintaining relations between neighboring countries and ensuring their development and autonomy in the global scenario. However, from 2015, right-wing governments start to rise in the region, coinciding with a decline of these organizations that had emerged. This study aims to understand the panorama of integration until 2014, revisiting the process of emergence of neoliberal governments and their global repercussions. Additionally, it seeks to understand the state of organizations such as Mercosur and Unasur during the period of neoliberal ascension. Subsequently, it aims to comprehend the role of central regional actors in this process, such as, Brazil, Chile, and Argentina, and, finally, to analyze the main causes of regional disintegration in the context of the neoliberal perspective, as well as its consequences for the political projects of Latin America. To achieve these goals, a bibliographic review will be conducted, utilizing research from the field and documents from the organizations and governments themselves, in order to obtain a qualitative analysis on the topics related to regional integration.

**Keywords:** Latin America; Regional integration; Regional disintegration.

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

## 1. Introdução

Nos anos 80 ocorreu um ressurgimento do regionalismo na política global, impulsionado por uma série de discussões que emergiram em relação à ordem mundial no período pós-Guerra Fria. Nesse sentido, nasceram diversas instituições e Organizações Internacionais, que buscavam a cooperação e o desenvolvimento coletivo de uma região, embasado nos contextos da época (HURRELL, 1995). A “guinada à esquerda” configura esse mesmo período, mas a partir da ótica de mudança política na América Latina, cujos processos eleitorais do início da década de 2000 resultaram na vitória de governos de esquerda, o que garantiu a promoção de iniciativas voltadas para esse momento político. Um ciclo político de governos de esquerda chamado de "progressista" teve início com as vitórias eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina em 2002 e 2003, respectivamente (BRICEÑO-RUIZ, 2021).

Esse contexto esteve fortemente ligado com o desenvolvimento da integração regional, que combinava o livre comércio com políticas sociais e produtivas para promover a inclusão social e a industrialização regional (BRICEÑO-RUIZ, 2021). Embora tenham sido alcançados avanços e sucessos na promoção de iniciativas regionais conjuntas, como a criação de instituições e fóruns, o início da segunda década do século XXI marcou um momento de desaceleração desses avanços. Isso ocorreu devido à busca por um novo contexto socioeconômico e político na América Latina, que atingiu seu ponto mais alto em 2019 com o desmantelamento da Unasul, o enfraquecimento do Mercosul e a paralisia da Celac.

O cenário de desconstrução das instituições regionais na América Latina foi resultado de múltiplos fatores que refletiram a construção de instituições regionais vulneráveis às mudanças políticas e econômicas da região. Essas vulnerabilidades ocorreram devido às limitações estruturais para reagir adequadamente ao aumento de demandas em períodos de tensão ou crise de seus países membros (NEVES; MARIANO, 2021). Além disso, esse cenário deixou claro como os interesses neoliberais podem se mostrar contrários ao que prevê a integração e a cooperação regional que busca ir contra a hegemonia global, buscando destaque e autonomia para a região da América do Sul.

Considerando a importância da integração regional para o desenvolvimento do Brasil e de seus países vizinhos no que diz respeito a saúde, infraestrutura, comércio e garantias básicas de direitos humanos, fica claro a necessidade de entender o impacto que pode representar o governo de cada país para o impulsionamento, ou o desmantelamento das políticas de

integração regional e suas conquistas. Para essa análise, o presente trabalho realizou uma revisão bibliográfica das principais referências no tema da integração regional e das organizações regionais Unasul e Mercosul, para entender o contexto da integração na região como um todo, desde o momento de seu ápice, até o momento de declínio e fragmentação, analisando três atores centrais, Brasil, Argentina e Chile.

Assim, foi apresentado o panorama progressista, e posteriormente, o neoliberal, para compreender o que prevê a ascensão da direita na região, e por fim, considerar os principais aspectos que influenciaram a desintegração regional latino-americana a partir de 2015. Nesse sentido, o trabalho se divide em: definições gerais do regionalismo e seu entendido na América Latina, as contextualizações dos atores centrais do processo, Brasil, Chile e Argentina, apresentando momentos que somaram no processo de ampliação do regionalismo. Finalmente, é explicitado o momento de fortalecimento da dinâmica neoliberal na região, apresentando os principais mecanismos utilizados ao longo do processo, e então, a análise do que viria a ser a desintegração regional latino-americana, e suas consequências nas instituições regionais.

## **2. O regionalismo na América Latina**

### **2.1. Definições**

O regionalismo é considerado um fenômeno muito importante nas Relações Internacionais, que ganhou mais força a partir do século XX (CARVALHO, SENHORAS, 2020), baseado em sua capacidade de gerar acordos e cooperações de diferentes níveis, temáticas e estruturas institucionais. De acordo com Carvalho e Senhoras (2020, p. 65), uma de suas definições pode ser “Exprime a natureza política presente na manifestação espacial de uma região, sendo considerada toda ação ou negociação voluntária compartilhada com o objetivo fundamental de promover acordos de cooperação e/ou integração regional”. Contudo, esse processo passou por diversas fases e transformações até chegar no perfil que se vê hoje.

De acordo com Hurrell (1995), a primeira onda integracionista que ocorreu entre os anos 1950 e 1960 contava com processos muito homogêneos. Existia uma certa preocupação em atingir o que dizia o modelo europeu de integração, correspondendo às suas etapas e pressupostos. Mariano (2015) aponta que a primeira onda ocorreu por uma grande influência a partir da aproximação entre França e Alemanha com a criação da Comunidade do Carvão e do Aço, o que posteriormente evoluiu para a União Europeia. Ao final da primeira onda, Nye apontou duas categorias que se sobressaem nesse modelo: a de organizações microeconômicas

que envolviam uma integração econômica formal com estruturas institucionais formais, e, a de organizações políticas macrorregionais, que se interessavam pelo controle de conflitos (HURRELL, 1995). De modo geral, esse primeiro momento representou um impulso para a promoção da reconstrução econômica e do desenvolvimento da região.

O contexto foi responsável por acarretar tentativas integracionistas em outras partes do mundo, entre elas na América Latina. Entretanto, todas as iniciativas acabaram entrando em crise nos anos 70, fazendo com que muitos desses processos de integração desaparecessem (MARIANO, 2015). As estratégias integracionistas voltaram a ganhar força na década de 80, se apoiando em inúmeros debates que nasceram em relação à ordem mundial no pós-Guerra Fria, fazendo com que surgisse a segunda onda de integração (HURRELL, 1995). Pelas características da época, as categorias de regionalismos que se formavam continuaram buscando ou cooperações de característica econômica, ou a contenção de conflitos, porém com iniciativas em todos os continentes.

Hurrell (1995) aponta que nesse novo contexto, os processos de integração passaram a avançar de acordo com suas próprias características, agindo em seu próprio dinamismo em prol de seus objetivos, sem se atentar para algum padrão pré-estabelecido, mesmo que o norte dado pelo modelo europeu continuasse como um referencial importante. Suas especificidades a distinguem da onda anterior principalmente em três aspectos: o contexto internacional, a motivação e seus objetivos. No panorama da década de 80 com o fim da guerra, houve o crescimento da busca para expansão na participação dos mercados, o que influenciou no processo de globalização que vinha acontecendo. Conseqüentemente, o processo de integração também foi influenciado, trazendo novas formas de relacionamento entre os Estados, e também, para com o mercado privado (MOREIRA, 2010).

Hoje o termo “regionalismo” passou a ser usado para exemplificar diversos fenômenos distintos, principalmente aqueles ligados ao aumento da integração da sociedade em uma mesma região, formando uma área com normas comuns. Assim, o termo que surgiu para explicar a Comunidade Europeia (CE), perdeu seu caráter fortemente eurocêntrico e passou a explicar também o fenômeno de integração de outras regiões do globo (HURRELL, 1995). Nesse novo regionalismo Hurrell (1995) afirma que surgem quatro importantes características: o nascimento do regionalismo Norte-Sul; a grande variação no nível de institucionalização, as quais buscavam evitar os modelos tradicionais das instituições internacionais e da UE; o aumento de um caráter multidimensional, tornando mais difícil manter a divisão entre regionalismo político e econômico; e o aumento da consciência regional em diversas áreas do mundo, fomentando debates sobre identidade e pertencimento.

No que diz respeito à América Latina, a emergência do novo regionalismo foi baseada no ideário político-econômico do período. Assim, os governos agiam de uma forma pragmática, vendo a integração apenas como um instrumento mitigador de suas fraquezas (MARIANO, 2015). Nesse sentido, a opção pela integração econômica foi a principal forma adotada pelos países sul-americanos para atingir a globalização, principalmente Brasil e Argentina. Contudo, a integração regional que ocorreu a partir dos anos 1980 tornou-se mais voltada para a promoção do desenvolvimento, passando a englobar também aspectos sociais, políticos, ambientais e tecnológicos. Nesse ponto, nas palavras de Mariano (2015, p. 210): “Portanto, a integração regional é entendida aqui como um processo complexo, que vai além de uma estratégia de redução tarifária entre nações e de um mecanismo de inserção comercial num mundo globalizado”.

Assim, os países da América do Sul que apresentam características históricas semelhantes, tanto em desigualdades sociais, quanto em formação social, com os aprendizados obtidos ao longo do século XX, buscaram transformar esses problemas sociais em oportunidades de integração sul-americana, fazendo com que o regionalismo tivesse enfoque a partir dos anos 2000. Nesse contexto, Guimarães (2007) argumenta que o Brasil e a Argentina ganharam papéis centrais e estratégicos, principalmente nas organizações que viriam a se formar, como o Mercosul. Uma das grandes apostas brasileiras para o início do fortalecimento sul-americano foi a redução das assimetrias econômicas e sociais, para que todas as partes pudessem participar de forma significativa no processo (GUIMARÃES, 2007). Dessa forma, é interessante elencar algumas das principais características que permearam o processo de integração na América Latina de 2000 a 2014.

## **2.2. Panorama da Integração Regional pós-liberal na América Latina (2000-2014)**

No contexto latino-americano, o início da integração regional pode ser dividido em três ondas, as quais foram frutos de três acordos regionais distintos. A primeira onda teria tido influência desenvolvimentista da política de substituição de importações, entre as décadas de 1950 e 1970. Posteriormente, passaria para um padrão de regionalismo aberto, entre 1990 e 2000, partindo de uma influência neoliberal. Por fim, haveria o regionalismo pós-liberal, entre as décadas de 2000 e 2010 (CARVALHO, SENHORAS, 2020). Nesse sentido, a última onda compreende a construção do panorama regionalista que antecedeu o período de análise, 2015-2021, tendo conseqüentemente antecedido também a ascensão dos governos neoliberais.

Como afirmado anteriormente, a partir dos anos 2000 o regionalismo sul-americano deixou de estar apenas voltado para a redução das barreiras aos fluxos comerciais e de investimentos, e passou a colocar em prática o regionalismo multidimensional. Essa mudança abriu espaço para temas como a questão social, as assimetrias estruturais, a cooperação em defesa, infraestrutura de transportes, energia e comunicações, além da estruturação para atuação na governança global (IPEA, 2014). Essa nova dimensão da integração regional permitiu que o Brasil e a América Latina passassem a contar com novas opções no que diz respeito a oportunidades de atuação, mas também, com novos desafios.

Nesse sentido, em agosto de 2000 foi realizada a I Cúpula Sul-Americana, evento que pela primeira vez contou com os doze chefes de Estado da América do Sul, formando o que mais tarde seria chamado de Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), em 2004. Esse momento significou o amadurecimento da América do Sul como espaço para amenizar as dificuldades enfrentadas desde 1999 pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul) e, além disso, trouxe a expectativa de projetos maiores na região, como a ampliação de seu espaço de influência. Para isso, até meados de 2013 a cooperação com a Venezuela foi de grande importância, tornando possível a expansão da cooperação que antes era do Cone Sul para uma cooperação da América do Sul (IPEA, 2008).

Além disso, em 16 de outubro de 2003 os presidentes do Brasil e da Argentina, respectivamente Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, assinaram o Consenso de Buenos Aires, uma declaração em prol da expansão das relações na América Latina. Essa ação visava um momento de virada após o contexto de crise e turbulência política que permeava o Mercosul. Dessa forma, a partir desse documento ficava acordado entre os dois maiores países sul-americanos que o bem-estar dos povos seria o objetivo prioritário dos respectivos governos, reafirmando a vontade de intensificar a cooperação bilateral e regional, de modo a assegurar os direitos humanos e justiça social aos seus cidadãos e suas liberdades fundamentais (IPEA, 2014). Outrossim, o documento também mostra como os chefes de estado reconheciam a importância do fortalecimento da integração na região, como visto no trecho:

Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a

conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos (FOLHA DA SÃO PAULO, 2003).

O amadurecimento do Mercosul somado a nova perspectiva multidimensional que passou a permear o regionalismo sul-americano, fizeram com que a sua transformação de acordo de livre comércio para integração de fato fosse possível (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012). Assim, de acordo com o Ministério Das Relações Exteriores (2012), os países da região passaram a realmente atuar em integração, a qual pressupõe uma convergência normativa e solidariedade econômica, social e política, além da harmonização de procedimentos consolidando a unificação de um projeto comum em prol do benefício social.

Decorrente do processo de criação e atuação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), e da expansão das afinidades sul-americanas, ocorreu a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008, trazendo para a realidade como a cooperação e a integração regional poderiam contribuir para mitigar os problemas existentes na região. Nesse aspecto, a articulação que foi criada entre Brasil, Venezuela e Argentina foi ímpar para que houvesse a construção institucional e normativa da América do Sul em novos termos, mesmo que os agentes envolvidos não tivessem as mesmas motivações iniciais. Nesse mesmo período, era possível observar um avanço econômico, que começou em 2003, que se mostrava sustentável, mas, ao mesmo tempo lento e com baixa integração no que diz respeito somente ao contexto comercial (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018).

Ainda, em 2010, dentro da trajetória de acordos assinados pelos membros do Mercosul houve a criação do Plano Estratégico de Ação Social (Paes), que falava da necessidade de ampliação do escopo de participação do bloco. Para o então presidente Lula, para que o Mercosul fosse reconhecido como um “Mercosul dos Povos” seria necessária incluir na agenda do bloco políticas sociais, cultura, educação, saúde, trabalho, migrações, entre outros, de modo que ele fosse capaz de suprir as necessidades do povo latino-americano (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018). Dessa forma, ficou clara a necessidade do amadurecimento do Mercosul como um bloco, para que, com seu fortalecimento fosse possível fazer refletir mudanças nesses temas.

Com isso, entende-se que o período de 2000-2014 foi marcado por um perfil de transição, que envolvia majoritariamente a definição do caráter que seria adotado para o regionalismo da América Latina. Até 2010 foi possível observar uma tendência para a construção de instituições regionais, dentre elas, os exemplos já citados, a Comunidade Sul-

Americana de Nações (2004) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) (IPEA, 2008). Esse período também contou com um grande crescimento do comércio no Mercosul, o qual passou de 5 bilhões em 1991 para 45 bilhões em 2010, marcando um momento de êxito da organização (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012).

Por fim, outro ponto que se ressalta é como a América do Sul ainda é vista pelo restante do mundo, o qual ainda não vê a totalidade do potencial da região. É possível que esse estigma esteja mudando ao longo dos anos, já que existe uma tendência crescente no aumento do interesse na região, o que torna ainda mais importante o avanço das organizações já existentes. Somado a isso, ainda se observa uma relativa diminuição da presença e influência dos Estados Unidos da América na América do Sul, já que ele deixa de ser o único ator possível para se manter acordos, abrindo espaço para Europa e Ásia. Assim, observa-se a construção de um ambiente que permite a evolução de uma integração que pode ser baseada no desenvolvimento inclusivo e sustentável (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012).

Dito isso, é relevante nomear e apontar o papel-chave de alguns países participantes do processo de integração, que muitas vezes são responsáveis por manter os acordos e procedimentos avançando, como apontado pelo Ministério das Relações Exteriores (2012), além de manterem a estabilidade dos países-membros frente às crises:

[...] é necessário que os países de maior dimensão econômica se envolvam e se engajem mais no processo de redução das assimetrias. As assimetrias provêm da realidade geográfica, mas também, e sobretudo, de diferenças de infraestrutura de energia e de transporte, sem as quais não há desenvolvimento industrial. A redução das assimetrias tem de ser feita pela contribuição dos países maiores. É necessário que os países maiores estejam convencidos de que o Mercosul continua a ser importante para eles (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012, p. 95).

### **3. Países-chave para a integração sul-americana**

O processo de integração representa para os países latino-americanos uma possibilidade de estratégia que permite melhorar suas capacidades individuais e coletivas, para lidar com problemas que isoladamente não seria possível (MARIANO, 2015). A I Cúpula Sul-Americana, que ocorreu em Brasília no ano de 2000 trouxe novas concepções para as relações regionais da América do Sul (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018). Assim, a percepção regional muda, e se atenta que em conjunto passa a ser possível enfrentar

dificuldades e cenários inesperados, já que a soma das forças individuais resulta em um arranjo coletivo de diferentes habilidades. Nesse sentido, para haver o pleno funcionamento dos acordos é necessário relativizar a cooperação a partir do poder efetivo de cada Estado e suas eventuais habilidades. No contexto de integração da América Latina, Brasil, Argentina e Chile desempenharam papéis importantes em sua consolidação, e por isso, faz-se relevante entender um pouco mais sobre cada um deles.

### **3.1. Brasil**

No contexto pós-Guerra Fria houve a ascensão de diversas potências regionais na política internacional, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e depois África do Sul), o que colocou o Brasil em uma situação de destaque no contexto regional. Essa nova configuração alterou o modo de relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos, principalmente no que tange a política externa brasileira para a região, da configuração das instituições regionais e ao tratamento de questões de segurança regional e de integração energética (IPEA, 2014). A atuação brasileira no BRICS, em conjunto com economias emergentes permitiu a conquista de uma maior influência em todas as instituições financeiras multilaterais, como, o Banco Mundial, o Fórum Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e a própria Organização Mundial do Comércio (OMC) (BORBÓN, 2012).

Além disso, sua nova posição no cenário internacional amplificou sua capacidade de influência em temas centrais da política externa, o que auxiliou sua estratégia de expansão das políticas integracionistas na América do Sul. Essa nova posição foi possibilitada por transformações ocorridas no âmbito do sistema internacional regional e global, que acabaram por favorecer o panorama brasileiro (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018). Essas melhorias de condições econômicas e a postura governamental mais assertivas, no que se refere aos interesses nacionais, permitiram a emergência do país como um forte líder regional.

De acordo com o IPEA (2014), internamente, o país passou por uma reconfiguração do poder nacional, foi beneficiado pelo crescimento da economia através do aumento de políticas para a promoção do desenvolvimento social, que complementam de modo direto os objetivos de política externa do país. Se observa que o Brasil passou a agir estruturado em três principais objetivos regionais, como afirma Leite (2011, p.165), os quais foram a base constituinte de suas estratégias de atuação:

O regionalismo renovado da política brasileira passou a desenvolver-se em duas frentes complementares. Uma delas, prioritária, referia-se à formação e consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Outra dizia respeito à integração econômica da região sul-americana, com base nos eixos de energia, transportes e comunicação. Um terceiro traço mantido diz respeito à ênfase na estabilização econômica (LEITE, 2011, p. 165).

Assim, a preocupação inicial da diplomacia no período 1990-2002 foi a restauração da imagem externa do Brasil como país economicamente estável e democrático já que sem essa reconfiguração seria difícil sua projeção no cenário internacional (LEITE, 2011). Para a concretização desse projeto o Brasil passou a participar ativamente das discussões sobre os temas globais, conferindo prioridade máxima à região sul-americana e fazendo uso constante da diplomacia presidencial. Através disso, em 2002, devido à crise na Argentina e ao isolamento do Chile, o Brasil assumiu a liderança nas negociações internacionais na região. O Brasil, vendo os efeitos da crise em seus vizinhos e nas instituições regionais, optou por concentrar-se no desenvolvimento regional, visando tornar a região uma negociadora global no futuro. (BORBÓN, 2012).

Assim, o país propôs em 2003 a Comunidade Sul-Americana das Nações (Casa), com enfoque em responder à pressão internacional que voltava os olhos à América Latina. O momento escolhido foi considerado ideal, já que a região vivenciava relativa estabilização democrática e crescimento econômico. A criação do bloco visava fortalecer a articulação política e a integração econômica física do espaço regional, harmonizando os acordos de integração existentes, como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN) (LEITE, 2011). O Brasil passou a buscar uma posição de liderança na região sul-americana, e também, de disputar o espaço de influência do México, que se concentrava na América Central e no Caribe.

Ainda assim, as relações com os países desenvolvidos permaneceram, tendo em vista a cooperação tecnológica, e a atração de investimentos externos. Nesse aspecto, mesmo com a suspensão das negociações da ALCA, Brasil e EUA mantiveram boas relações comerciais, assim como com outros países desenvolvidos. Essa estabilidade permitiu que o país focasse na aproximação com países do Sul, principalmente árabes, africanos e a China, tornando a política externa brasileira um meio universal de ações multilaterais, garantindo a formação de uma parceria anti-hegemônica. (LEITE, 2011) Esse tipo de interação universal aumentou a área de influência brasileira e seu potencial como líder da construção regional.

Para além disso, no que diz respeito ao acesso a créditos para investimentos, o Brasil é um dos poucos países que conta com um banco de desenvolvimento com fortes ativos. Dessa forma, o país possui mais a disponibilidade de recursos para a execução de obras de infraestrutura em condições de competição com o mercado internacional, vinculando-os a “compromissos” de política externa (GUIMARÃES, 2007). Nesse sentido, essa capacidade foi e ainda é executada como uma estratégia de integração, realizando empréstimos aos seus vizinhos para a execução de obras, visando o fortalecimento de mercados que possam ser grandes parceiros comerciais da região no futuro, atingindo interesses individuais e coletivos.

Em 2006, os investimentos brasileiros em projetos de infraestrutura totalizavam US\$4,5 bilhões, e já haviam atingido Bolívia, Peru, Colômbia, Chile, Venezuela, e, principalmente, a Argentina. Nota-se, portanto, que as exportações do Brasil para o Mercosul quadruplicaram no período, atingindo US\$14 bilhões em 2006, atingindo a pauta de priorização dos mercados regionais. Da mesma forma foi trabalhada a importação, para garantir que o cunho político também entrasse em jogo, ao mostrar a disposição do governo de privilegiar os bens sul-americanos (LEITE, 2011).

Nesse contexto, em 2008 é criada a UNASUL, a qual foi projetada a partir da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). A concepção da Unasul buscou tirar do centro das relações a questão comercial, mantendo o eixo na política e na geopolítica, mesmo que trabalhando com as relações comerciais. Contudo, nesse mesmo ano ocorre a crise econômica internacional de 2008, que atinge o país estagnando a economia brasileira. De acordo com o IPEA (2014), é nesse momento que surge o G20 financeiro, que assume o protagonismo no enfrentamento da crise, reservando às economias emergentes o papel de da retomada do crescimento a nível mundial. É ainda apontado que o agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de 2007, foi o que mais visibilizou os representantes do mundo em desenvolvimento (IPEA, 2014).

Assim, o IPEA (2014) aponta que as ações de recuperação em 2009 e 2010 potencializam o processo de redistribuição de poder econômico para os países emergentes, incluindo o Brasil, o que auxiliou suas ações de política externa. Nesse cenário, se observa até 2010 um grande fluxo de recursos financeiros e informacionais exportados pelo Brasil para políticas em países latino-americanos, como também, africanos, árabes e asiáticos. Formou-se um perfil de solidariedade e de responsabilidade no campo internacional, facilitando sua projeção como ator global nas relações internacionais. Entretanto, a mudança da cadeia produtiva nos anos posteriores a esse *boom* fez com que desde 2012 o Brasil passasse a ser mais afetado pela crise econômica internacional (IPEA, 2014).

Em 2013 observa-se uma mudança de panoramas no projeto de cooperação e integração regional, já que mudanças em nível doméstico, regional e internacional provocaram a perda da postura de forte líder regional. De acordo com Junior e Mariano (2018):

No caso brasileiro, acrescentam-se elementos como a retração da diplomacia presidencial, a deterioração do respaldo político dos principais agentes estatais em relação à política regional e a conformação de uma política externa predominantemente reativa, contrastando com o período anterior de abertura de novas frentes de ação externa (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018, p. 237).

Com o início do Governo de Dilma Rousseff é notável um relativo declínio da atuação internacional brasileira, principalmente no que tange ao ativismo regional que havia sido adotado para com países da América do Sul (FUCILLE, A. *et al.*, 2017). No entanto, Fucille *et al.*, (2017) explicita que o cenário econômico nacional e internacional no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) foram se deteriorando, fazendo com que o contexto de dificuldades e instabilidade diminuíssem a previsibilidade política brasileira, aspecto importante para a manutenção das tratativas da UNASUL. Outro fator que impactou no regionalismo sul-americano foi o período político sensível enfrentado pelos seus vizinhos, principalmente Argentina e Venezuela. Todo o contexto da América do Sul, e em principal o brasileiro, fez com que as atividades de integração regional fossem reduzidas.

Ainda assim, não deve ser atribuído apenas ao governo vigente o afastamento da pauta brasileira, já que isso é um padrão de comportamento observado em todas as instituições regionais na América do Sul (FUCILLE, A. *et al.*, 2017). Dessa forma, mesmo que nos mandatos do Governo Lula tenha existido uma forte promoção e fortalecimento da integração no período pós-liberal, no contexto do governo Dilma os obstáculos começam a ser maiores, e passam a identificar o que virá a ser os próximos anos de integração para o Brasil, e também para os seus vizinhos da região.

### **3.2. Argentina**

A Argentina foi um participante entusiasta da integração, que apostou muito no seu êxito, mesmo que inicialmente pensado de uma maneira mais gradual e flexível. A diplomacia integracionista foi uma forte aliada para a superação da crise de 2001 (MIRANDA, 2007), depois da qual o produto interno bruto argentino (PIB) voltou a crescer anualmente. Nesse

panorama de superação da crise, a Argentina contou com ajuda do Brasil, Chile e em especial, do Mercosul.

A partir de 2003, houve um aumento significativo na vocação pela integração. Em geral, a Argentina manteve uma postura alinhada com os princípios e objetivos da integração regional, combinando sua abordagem integracionista com um elemento pragmático. Isso significa que suas políticas e decisões foram equilibradas com base em considerações práticas e na realidade política e econômica do momento. A ortodoxia integracionista argentina ficou evidente tanto nas cúpulas do Mercosul de 2003 e 2004, quanto nas reuniões tripartites do presidente Néstor Kirchner com os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Venezuela, Hugo Chávez, com o país prezando pela abertura unilateral e indiscriminada da economia, enfatizando sua preferência por áreas de livre-comércio (MIRANDO, 2007).

Posteriormente, com a ideologia mais alinhada com o novo modelo social integracionista que passou a reger o Mercosul, a Argentina promoveu a criação de alguns órgãos voltados ao desenvolvimento e a regulamentação das instâncias dos países do Sul. Dentre elas, pode-se citar: as Cúpulas Sociais, em 2006, um espaço de diálogo entre os governos e a sociedade civil do Mercosul, o Instituto Social Mercosul, em 2006, uma instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais do Mercosul. Além disso, o Parlasul, em 2007, órgão democrático e legislativo da representação civil dos povos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul e o Código Aduaneiro, em 2010, o qual estabelece as legislações aduaneiras dos países do grupo (BODAZAR; BONO, 2012), entre outros.

O comportamento político da Argentina em alinhamento com o Brasil foi um fator que contribuiu para o aumento da cooperação entre os países do Sul, principalmente em questões energéticas, como na Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, em 2007, realizada na Venezuela. Durante o evento, foi criado um conselho energético da América do Sul com o objetivo de aproximar os países membros na coordenação de obras de infraestrutura para a integração energética regional (FERREIRA *et al*, 2016).

Mantendo as ações de integração regional, em 2007, os presidentes da Argentina e da Venezuela, Nestor Kirchner e Hugo Chávez, lideraram a discussão sobre a criação do Banco do Sul como alternativa ao Banco Mundial e ao FMI. A ministra da Economia argentina, Felisa Miceli, convidou o Brasil para participar da comissão de criação do banco, e o país se mostrou interessado em ser um sócio pleno (FERREIRA *et al*, 2016). Entretanto, como apresentado por Ferreira *et al* (2016) o presidente Lula defendeu que o banco deveria servir como investidor de obras de infraestrutura na região, o que gerou um impasse nas negociações. O presidente Chávez afirmou que não esperaria pelo Brasil para criar o Banco do Sul, deixando a Argentina

como uma das principais incentivadoras e apoiadoras do projeto, que acabou sendo criado em 2009.

Quando a crise internacional surgiu em 2008, a Argentina seguiu por uma ideologia comercial diferente do Brasil, até então um de seus maiores parceiros no que tange às iniciativas de integração. O Brasil, buscando fortalecer sua liderança regional, defendeu a liberalização do comércio, enquanto a Argentina aplicou medidas protecionistas aos produtos brasileiros por temer efeitos negativos em sua economia (FERREIRA *et al*, 2016). A Argentina até apresentou uma lista com restrições a 767 produtos brasileiros, o que resultou na perda de 17,3% das exportações brasileiras para o país. As exportações apenas voltaram à normalidade após reclamações e ameaças de retaliações comerciais que vinham sendo feitas pelo governo brasileiro (FERREIRA *et al*, 2016). Esse cenário evidenciou o peso econômico do Brasil para Argentina como parceiro comercial, além de sua importância como parceiro na ampliação da integração regional.

Algumas das medidas de integração que foram realizadas pelo governo argentino ao longo dos anos perpassam diferentes áreas, podendo citar: uma participação ativa em situações que comprometeram processos democráticos no Equador em 2010, ou a integridade territorial e política da Bolívia em 2009. O governo argentino também atuou em crises humanitárias diante de desastres naturais como no Chile e Haiti, em 2011 e a participou em conflitos entre dois países vizinhos, Colômbia e Equador em 2008, assim como a crise diplomática entre Colômbia e Venezuela em 2010 (BODAZAR; BONO, 2012). Nesse sentido, o apoio despendido nas ações no âmbito da UNASUL colocou a Argentina em uma das posições de liderança em seu desempenho pela cooperação como mediador em potenciais conflitos nos países da região. Sua atuação reafirmou seu compromisso com a preservação das instituições democráticas, do estado de direito, da ordem constitucional, da paz social e do respeito irrestrito aos direitos humanos, condições essenciais do processo de integração (BODAZAR; BONO, 2012).

Dentre suas ações regionais, em 2009, Argentina e Brasil redigiram, em conjunto, uma declaração na qual não reconheciam as eleições de Honduras, ocorridas após um golpe de Estado. Com isso, em 2010, ambas nações exerceram pressão para que Honduras não fosse um dos participantes da VI Cúpula América Latina e Caribe-UE. Ainda em 2010, os governos brasileiro e argentino atuaram como principais incentivadores da criação de um mecanismo na Unasul, que possibilita a aplicação de sanções político, econômico e comerciais aos países que tivessem sua ordem institucional ameaçada por golpes de Estados. Assim, o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia foi assinado em Georgetown, Guiana, no ano de 2010 (FERREIRA *et al*, 2016).

A cláusula democrática da Unasul foi o ponto de partida para a elaboração do Protocolo de Ushuaia II, em 2011, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Esse protocolo, assinado pela Argentina e pelos outros países do Mercosul, permite a aplicação de sanções e até mesmo a suspensão de um país membro do bloco em caso de ameaça ou ruptura do regime democrático. Tanto a cláusula democrática da Unasul quanto o Protocolo de Ushuaia II se mostram como mecanismos importantes para lidar com conflitos políticos internos na América do Sul, garantindo que os países possam agir para proteger a democracia na região (FERREIRA *et al*, 2016).

Em ações que englobam amplamente a América Latina, Bodazar e Bono, (2012) citam o apoio argentino a proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A instituição tem o intuito de promover a integração regional com o objetivo de fortalecer a presença da região no cenário internacional por meio da implementação de seus mecanismos próprios de solução pacífica de controvérsias, além de avançar no tema da integração econômica, comercial, cultural e política. Este projeto da CELAC prevê que haja cooperação e instâncias de diálogo entre os mecanismos de integração regional e sub-regional para alcançar consensos e evitar a duplicação de objetivos (BODAZAR; BONO, 2012).

Da mesma forma, no âmbito regional do Mercosul, a Argentina apoiou iniciativas de integração como a aprovação dos Fundos de Convergência Estrutural (FOCEM), o primeiro mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do bloco tem como objetivo reduzir suas assimetrias, além da reformulação de seu regimento interno em 2010. O desenvolvimento dessa iniciativa contribui não apenas para, conforme seu objetivo, reduzir as grandes assimetrias, mas também para consolidar um mecanismo permanente de financiamento necessário para o desenvolvimento sustentável da região (BODAZAR; BONO, 2012).

Em outras atuações conjuntas de Brasil e Argentina, Ferreira *et al*, (2016) afirma que durante a crise econômica de 2008, ambos defenderam a estatização dos bancos. Além disso, concordaram em elevar a Tarifa Externa Comum do Mercosul sobre as importações de alguns produtos procedentes de países não participantes do bloco e em coordenar políticas comerciais para limitar o fluxo de produtos chineses em seus mercados. Em 2012, a crise política vivida pelo Paraguai que culminou com o impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, levou Argentina, Brasil e Uruguai a suspenderem o país do Mercosul. A crise também levou à suspensão paraguaia da Unasul até a comprovação do restabelecimento da ordem democrática (FERREIRA *et al*, 2016).

A partir de 2011 as visitas oficiais presidenciais entre os Brasil e Argentina já estavam mais escassas, mostrando uma tensão nas relações, principalmente fruto do medo pelo aumento

de exportações de manufaturados brasileiros, visto como uma ameaça à industrialização argentina (MILANI, 2015). Em 2013, a decisão do Brasil de adicionar o Paraguai e o Uruguai ao acordo comercial intensificou essa desconfiança, mas a Argentina mostrou-se relutante, o que resultou em tensões e pressões adicionais entre os dois países, aumentando ainda mais a complexidade do cenário bilateral (BODAZAR; BONO, 2012).

De modo geral, mesmo com abalos, houve, de 2007 a 2015, uma convergência entre Brasil e Argentina, principalmente em suas leituras de mundo e de regionalismo, visando o aumento da autonomia da região frente aos Estados Unidos (MILANI, 2015). Tanto o Brasil como a Argentina compartilham essa visão de que a segurança é um tema importante para ser tratado no contexto regional, visto a região pouco estável e com baixo grau de autonomia, podendo ser um grande aliado para a solução de crises na América do Sul. Mesmo com o significativo alinhamento entre os países até então não haviam sido criados mecanismos políticos bilaterais que se tornassem estruturais e duradouros. Ainda assim, existia muita concordância e harmonia nas decisões de política externa de ambos os países para fazer valer efetivamente a integração regional com seus vizinhos em prol da autonomia latino-americana.

### **3.3. Chile**

O Chile, país que se localiza no extremo sul das Américas, apresenta características distintas de todo o restante da América Latina, tanto em seu contexto geográfico, quanto político e econômico, o que faz com que para o contexto da integração não seja diferente (PAREJAS, 2006). Sendo o primeiro país a implementar o regime socialista no continente Americano, foi também o primeiro a utilizar as ideias neoliberais para conduzir seu desenvolvimento. De acordo com Parejas (2010), ao apresentar uma grande desenvoltura para sua inserção no cenário internacional, o Chile se tornou uma referência na América Latina por seu desempenho econômico e por sua estabilidade política. Essa postura era notada para além do contexto regional, o informe do Fórum Econômico Mundial de outubro de 2004 colocava o Chile como a economia de melhor desempenho na América Latina (PAREJAS, 2006).

De acordo com Parejas (2006), o Chile estruturou sua inserção internacional em todas as vias possíveis, unilateral, bilateral e multilateral, o que representou até o ano de 2006 diversos acordos, com diversas regiões. Dentre as regiões, pode-se citar: acordos com a região europeia, Acordo de Associação com a UE (2002) e o Tratado de Livre Comércio com os países EFTA (2003); acordos com a América do Norte: Tratados de Livre Comércio com Canadá (1996),

México (1998) e Estados Unidos (2003); acordos com a América Central: Tratados de Livre Comércio com Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua (1999). Ainda, houve acordos com a América do Sul: Acordos de Complementação Econômica com Bolívia, Colômbia, Venezuela (1993), Equador (1994), Mercosul (1996) e Perú (1998); e por último, com Asia-Pacífico: Tratado de Livre Comércio com Coreia do Sul (2003).

Nesse contexto, o país nunca optou por participar ativamente do planejamento de integração apenas da região latino-americana, mantendo diversificação nas suas escolhas de parceria, de uma maneira equilibrada, com todas as regiões do globo. Contudo, Parejas (2006) também aponta que a vulnerabilidade do país estava relacionada à instabilidade do seu entorno regional, o que somado à estratégia adotada frente aos pontos positivos e negativos da globalização, vê a necessidade de integrar-se à América Latina. A postura de inserção econômica internacional chilena pautadas em ações abertas, flexíveis e dinâmicas, o havia mantido, até então, sem possibilidades de ser um membro efetivo de qualquer bloco regional (RODRIGUEZ; PRESSACCO, 2005).

O início da aproximação com seus vizinhos foi pautado na busca pela participação do Mercosul, entretanto, essa relação se encontrava dificultada pelas condições objetivas do bloco, assim como por divergências econômicas. No ano de constituição do bloco, o Chile havia sido convidado para participar como membro fundador, entretanto, as diferenças tarifárias entre aquilo que propunha o Mercosul, e aquilo que o país visava, fizeram com que o convite fosse recusado, fazendo com que os acordos fossem mantidos por meio de uma relação privilegiada. Com isso, o Chile se manteve como um associado político do bloco, mediante a execução de trabalhos setoriais (PAREJAS, 2006). Nesse sentido, o acordo Chile-Mercosul contemplava os temas de serviços, investimentos, regimes de comércio exterior, defesa dos consumidores, e integração (RODRIGUEZ; PRESSACCO, 2005).

De modo geral, se observa que a política externa chilena é marcada por uma visão racionalista, com uma agenda econômica embasada na inserção internacional, aberta para a adesão de novas temáticas, como é o tema do estreitamento de relações com os países vizinhos (MENEZES; RIBEIRO, 2016). Nesse sentido, o governo encerrado em 2006 foi responsável por reinserir o Chile no cenário internacional, cumprindo alguns dos objetivos mais importantes da política internacional como o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e o Acordo de Associação com a União Europeia. Ainda, graças à aproximação realizada com a América do Sul na mesma época, o país conseguiu implementar um princípio de solidariedade ativa com as nações latino-americanas, tornando a cooperação o pilar central de sua política externa (MENEZES; RIBEIRO, 2016).

A partir de 2006, Menezes e Ribeiro (2016) afirmam que o novo governo focou no desenvolvimento das relações diplomáticas na América Latina, transformando-o em uma das prioridades de sua política externa. Para isso, a diplomacia chilena buscou aumentar sua presença internacional e diversificar suas relações externas, destacando o prestígio nacional como um instrumento para alcançar esse objetivo (MENEZES; RIBEIRO, 2016). Isso envolve o uso das capacidades políticas, econômicas e culturais do país, bem como o funcionamento e os resultados das instituições em contextos internacionais específicos.

Entre 2006 e 2010, a integração regional foi uma das principais prioridades da política externa do Chile, com foco na cooperação com países da América Latina, Caribe e, em particular, com seus vizinhos, devido ao grande fluxo de investimentos chilenos nesses países (MENEZES; RIBEIRO, 2016). A política integracionista do Chile com os países da América Latina durante o período teve como principal foco o desenvolvimento da infraestrutura regional, o fortalecimento da conectividade, a coordenação de políticas sociais, a redução da pobreza, a integração energética, o diálogo político e a promoção do livre comércio (MENEZES; RIBEIRO, 2016). Além de sua relação com a América Latina, houve um evidente aumento do vínculo do Chile com o "eixo do Pacífico", o que poderia torná-lo um país de grande importância como ponte entre a América Latina e o mundo.

O fortalecimento das relações do Chile com os demais países da América do Sul, por meio de acordos bilaterais ou regionais, se tornou uma prioridade, o que foi crucial para o desenvolvimento nacional e regional do país, manifestado na sua participação em diversas organizações de integração na região (MENEZES; RIBEIRO, 2016). Sua postura foi importante para o fortalecimento da posição do Chile no cenário internacional e para a promoção de seu desenvolvimento socioeconômico. Dentre os processos voltados à integração regional, o Chile participa da Comunidade Sul-Americana de Nações (UNASUL). Dentro da organização, o país participou ainda da sua principal iniciativa, o Conselho de Defesa Sul-americano.

Nesse sentido, mesmo que o país tenha iniciado suas atividades de abertura de política externa levando em consideração mais acordos bilaterais com diversos atores, do que multilaterais priorizando seus vizinhos, torna-se evidente que o Chile posteriormente também optou por promover a integração regional. Com isso, assim como aconteceu com outros países da América do Sul, a tomada do poder por grupo de ideologia neoliberal causou alterações no curso dos projetos de integração e nas instituições latino-americanas.

#### **4. O (re) fortalecimento da dinâmica neoliberal (2015-2021)**

Recentemente, houve significativas mudanças no cenário político da América do Sul. A primeira década do novo milênio, que compreende até 2010, foi caracterizada pela ascensão de governos de esquerda e progressistas na região, chamada de "onda rosa". Contudo, o final da segunda década ficou marcado pela ascensão de uma série de governos de direita com tendências conservadoras, movimento que tem sido denominado de "maré azul". Alguns exemplos iniciais dessa mudança incluem as eleições de Mauricio Macri na Argentina em 2015, Sebastián Piñera no Chile em 2017 e Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, além de outros representantes latino-americanos. Essas mudanças não foram fruto de um partido homogêneo e conjunto, já que os representantes apresentavam características distintas, mas sim um fenômeno de volta na crença de uma ideologia política comum, o liberalismo.

O re-fortalecimento dessa ideologia esteve muito ligado com a perda de popularidade dos governos progressistas da região, que foi inicialmente mais acentuada em países como Argentina e Brasil (resultado dos vários anos no poder), os quais passaram a enfrentar uma série de dificuldades estruturais. Esses problemas foram frutos tanto de questões domésticas, quanto de resquícios da crise econômica de 2009, sentidos ao longo do tempo. Assim, essas dificuldades representaram um motor de insatisfação, especialmente da classe média, por conta da deterioração dos serviços públicos, e do recrudescimento de problemas como a violência urbana e o aumento da inflação. De acordo com Coelho e Monteiro (2017, p. 5), “diversas manifestações ocorridas em vários países, mas especialmente no Brasil e no Chile, em 2013, foram resultado direto dessas insatisfações, ainda que sem reivindicações claras, e fragilizaram politicamente ainda mais seus governos já em franco processo de desgaste.”

Atrelado a isso, muitos países passaram por crises e corrupção, envolvendo políticos do primeiro escalão e empresários com ampla repercussão midiática, o que fazia girar ainda mais o motor de insatisfação da população. Todos esses fenômenos, somados à grande oportunidade vista pelos Estados Unidos de retomada à tradição de sua antiga área de influência, deram luz à nova elite política contrária aos governos progressistas, o que estimulou novas articulações sociais e novos espaços políticos (COELHO; MONTEIRO, 2017).

Diversos países da América do Sul se vincularam ao Grupo de Lima, criado em 2017 para pressionar o regime venezuelano de Nicolás Maduro, sendo essa vinculação por parte dos governos, especialmente o brasileiro, uma expressão clara do alinhamento com o Governo Trump (COELHO; MONTEIRO, 2017). Esse fenômeno permitiu que houvesse espaço para

que as forças de oposição se organizassem e se rearticulassem para a volta da direita ao poder. Mesmo esperando que essa ascensão já fosse ocorrer nas eleições da região entre 2013 e 2014, a transição começou a tomar forma a partir de 2015, com a vitória de Macri na Argentina, do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 no Brasil e com a vitória de Sebastián Piñera no Chile em 2017.

Dentre os mecanismos utilizados pela direita para facilitar sua retomada no poder, Zucatto (2019), aponta três principais: mecanismos de ação não eleitorais, eleitorais apartidários e eleitorais partidários. O primeiro se relaciona com o uso de mecanismos para financiamentos e *lobbys*, para que assim, projetos progressistas possam ser impedidos ou atrasados de serem cumpridos, sendo um dos exemplos o impeachment de Dilma. O segundo, diz respeito à formação de líderes que participam das eleições, mas em que se evita construir partidos mais fortes ou articulados. Por fim, o mecanismo eleitoral partidário diz respeito ao investimento na formação de outros partidos políticos que possam representar a oposição, um dos exemplos é a construção política realizada por Mauricio Macri, que desde 2002 ajudou a fundar agremiação de centro-direita que ajudou a fundar em 2002.

Nesse sentido, a direita percebeu que seria necessário passar por mudanças para inserir novamente o neoliberalismo na ideologia governamental. Dessa maneira, passou a privilegiar temas como o combate à corrupção, segurança pública, gestão da máquina pública e crise econômica, fazendo com que esses temas fossem sentidos mais de perto pela população (ZUCATTO, 2019). Todo esse cenário que favoreceu a chegada dos representantes da direita ao poder além de implicar em novas medidas comportamentais para a política no âmbito nacional, também significaram uma nova forma de atuação na política externa.

De acordo com o IPEA (2014), os processos de integração regional são entendidos como a criação de instituições que buscam se adaptar às pressões internacionais, o que infere em um movimento de redefinição das capacidades do Estado Nacional, trazendo mais autonomia ao ente regional. Isso faz com que as instituições se fortaleçam, algo que contrapõe a noção nacionalista liberal de soberania indiscutível do Estado. Assim, foi iniciado o período de afastamento das instituições regionais na região em nome dos benefícios privados, de acordo com Zucatto (2019):

De qualquer forma, Argentina, assim como Colômbia e Brasil, são exemplos de países que passaram a levar a cabo políticas externas alinhadas com a globalização neoliberal e com as preferências de potências centrais, defendendo-as internamente como iniciativas “não ideologizadas”. Essa agenda pretensamente “não ideológica” é baseada na promoção do setor privado e do investimento estrangeiro direto, seguindo

orientações, normas e práticas instituídas pelas instituições de Bretton Woods e pela OCDE (ZUCATTO, 2019, p. 8).

Ainda analisando contextos que revelam a alteração da preferência política dos governantes sul-americanos, é possível analisar o contexto das viagens oficiais presidenciais. As informações dispostas na Biblioteca da Presidência da República (2022) corroboram com a percepção da aproximação do Governo Brasileiro com a rede de extrema direita global, e um afastamento dos atores regionais, já que Bolsonaro realizou 28 viagens internacionais em seus 4 anos de mandato e suas viagens, sobretudo, se direcionaram para países governados por uma administração conservadora e de extrema direita durante sua visita. Os países de destino foram, Arábia Saudita, Argentina, Bahrein, Catar, Chile, China, Emirados Árabes, EUA, Guiana, Hungria, Índia, Israel, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia, Suíça, Suriname, Uruguai.

Dentre os países mencionados, a sua maior similaridade é terem passado por um governo conservador e, em alguns casos, de extrema direita durante a visita do ex-presidente, como é o caso do Chile que na época era governado por Piñera, um representante da direita do país. Além disso, sua passagem por nações que fugiam a esse padrão se deveu a compromissos de Estados já firmados, e não aproximações diplomáticas, como foi o caso da visita à Suíça para a reunião do Fórum Econômico Mundial, e a ida à Argentina para a reunião do Mercosul. Essa postura mostra que a disposição política do país estava mais alinhada em manter uma rede de apoio para a direita e pouco propensa a impulsionar a integração regional.

Trazendo a análise para o ex-presidente Michel Temer, que também se posiciona como um político de direita, proporcionalmente Temer viajou mais do que Bolsonaro. Com base nos anos de 2017 e 2018, que constam na Biblioteca da Presidência da República (2022), Michel Temer realizou 17 viagens, sendo seus destinos: Portugal, Rússia, Noruega, Alemanha, Argentina, China, EUA, Suíça, Chile, Peru, Paraguai, Cabo Verde, México, África do Sul e Índia. A comparação de dois presidentes de opções políticas próximas coloca em evidência como a ideologia de cada um, mesmo sendo distinta, ainda é voltada para o mesmo fim. Enquanto Bolsonaro optou por visitar países fora do escopo da América do Sul, Temer visitou países latino-americanos e esteve presente em diversos encontros multilaterais, como reuniões do Mercosul e do BRICS. Contudo sua participação contemplou apenas 4 dos 11 outros países que compõem a América do Sul, e não resultou em nada mais do que cumprimento de compromissos oficiais.

Nesse ínterim, se observa que após a volta de representantes da direita neoliberal no poder e a inserção ideológica na população, pouca ou nenhuma foi a importância das

instituições internacionais e o contato com os países vizinhos para a manutenção e expansão de acordos e cooperações. Assim, é possível tratar dos processos e retrocessos pelos quais a região passou. Uma das consequências mais evidentes foi o afastamento dos países do cone Sul de suas organizações regionais de cooperação, colocando em crise o regionalismo latino-americano e instituições como o Mercosul e a Unasul.

## **5. O processo de desintegração regional**

O regionalismo latino-americano entrou em crise nos últimos anos, mais expressamente a partir de 2015, em que após um grande período de estreitamento de laços e expansão do regionalismo no quesito de cooperações entre os países da América do Sul, os principais movimentos multilaterais da região passaram a apresentar uma ausência de protagonismo brasileiro e uma fragmentação da governança regional (BARROS, GONÇALVES, 2019). Esses acontecimentos foram impulsionados pelo Impeachment de Dilma Rousseff no Brasil e de Macri na Argentina, que enfraqueceram o que havia sido a integração do período pós-liberal. Além disso, o momento foi permeado pela chegada de governos liberais-conservadores de direita, em países como Argentina, Chile ou extrema-direita, como no caso do Brasil, os quais colocaram em questionamento as instituições que haviam sido criadas anteriormente: CELAC, Unasul e Mercosul.

De acordo com Nolte (2021), espaços de coordenação e política multilaterais passaram a ser criados, tendo como o único órgão que contemplava toda a América do Sul, Unasul, entrando em um processo de paralisia e desintegração. O que se nota, é que a característica supranacional das instituições de integração passou a ganhar um caráter mais leve ao longo dos anos (NOLTE, 2021), dando espaço para uma autonomia nacional mais individual do que em nome da região. O caminho de tendência para a ideologia progressista embasado na cooperação política foi substituído por algo próximo ao realismo periférico, mantendo a política externa próxima dos Estados Unidos da América (OSÓRIO, 2020).

Esse processo da última década tornou evidente que os países latino-americanos são mais sensíveis e vulneráveis aos acontecimentos e pressões oriundas do sistema internacional. Como consequência, sua autonomia nesse cenário permanece limitada, fazendo que ainda seja necessário privilegiar os espaços criados pelas instituições multilaterais, especialmente os que se relacionam com a integração, para que assim todos os países possam atingir seus objetivos (MARIANO, 2015). Nolte (2018) afirma que a crise da Unasul é um dos pontos que evidenciam

a desconstrução da integração na América do Sul, para além de fluxos hegemônicos, os processos regionais sofreram influência de macro-eventos geopolíticos, que foram reativados pelas mudanças governamentais dos últimos anos.

Nesse contexto, a desintegração institucional da Unasul é fruto de um momento em que a ideologia muda novamente. A reemergência da direita neoliberal somada à crise da nova esquerda e dos movimentos sociais contra-hegemônicos, levou ao seu enfraquecimento. Todo esse cenário mostra como o panorama político é essencial, já que este foi funcional para a sua criação em 2008, e para a sua desconstrução em 2018 (CARVALHO, SENHORAS, 2020).

Nota-se que a ascensão de governos de direita colocou em questionamento as instituições que haviam sido criadas nos anos 2000. Em sua visão, essas instituições poderiam ser vistas como ‘bolivarianas’, fazendo referência a Venezuela sob Chávez e Maduro, o que significava ideologias totalmente contrárias ao governo vigente (RAMANZINI *et al*, 2021). Esse momento se mostrou fortemente caracterizado por uma intensificação da instabilidade regional e grande polarização dentro dos países e na região em sua totalidade, rompendo a sintonia que havia entre regionalismo e democracia.

Assim surge o contexto de desintegração, que de acordo com Malamud (2020), é um processo que não ocorre da mesma forma que a integração. Para o autor, existem três tipos de desintegração: desintegração de membros; desintegração de políticas; e desintegração da autoridade. Nesse processo, é possível identificar a desintegração da Unasul e do Mercosul, ambas com essências diferentes. No primeiro caso a desintegração foi formal, já no segundo, há incumprimento, mas a desintegração ainda não levou ao fim da organização (MALAMUD, 2020). Dentro do aspecto das dificuldades de integração que levam à desintegração, um ponto que precisa ser entendido para que o regionalismo latino-americano passe a funcionar é a dualidade entre integração e soberania nacional. As ideias são opostas, portanto, para que a integração funcione é necessário que as instituições de integração sejam supranacionais, para que assim possam ultrapassar as ideologias de crises e de governos.

Para além dessa análise, é possível ressaltar a desintegração econômica e a fragmentação da governança regional da América do Sul que foi enfatizada pela pandemia do COVID-19. De acordo com Barros *et al* (2020), a crise gerada pela covid-19 foi responsável por acentuar as tendências anteriores já existentes de desintegração econômica e fragmentação política. No contexto latino-americano, o Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), foi a organização responsável por oferecer respostas de combate à crise englobando toda a região. A organização havia sido criada em 2019, assinada por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guiana, Paraguai e Peru. Sua declaração afirma a existência de um

espaço regional de coordenação e cooperação para o avanço em direção a integração efetiva, focando em infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e manejo de desastres naturais, assim como o enfoque escolhido pelos governos neoliberais que acenderam a partir de 2015 (ZUCATTO, 2019).

Contudo, mesmo durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 o Prosul pouco agiu, sua falta de ação mostra como há uma forte ligação entre desintegração comercial e fragmentação da governança, que nas palavras de Barros *et al* (2020, p.125) “se retroalimenta e tende a prolongar a crise na América do Sul mais que em outras regiões do mundo”. Nesse cenário, o Prosul havia realizado três reuniões presidenciais e emitido duas declarações presidenciais, porém, elas não contaram com todos os países da região. O próprio presidente do Brasil, que havia visitado o Chile em março de 2019 para assinar a declaração de origem do Prosul, não participou das reuniões via videoconferência. Assim, o regionalismo nesse momento nada mais do que serviu apenas como uma ferramenta de manutenção das soberanias Estatais (BARROS *et al*, 2020).

Nolte e Weiffen (2021) também compartilham a ideia de que os choques sistêmicos do início do século 21, como a crise financeira de 2008 e a pandemia de Covid-19 em 2020-21, expuseram as fraquezas das instituições multilaterais, promovendo sua fragmentação, principalmente no nível regional. Na América Latina, a cooperação regional se manteve estagnada devido ao fim do boom das commodities, confrontos ideológicos e falta de liderança regional. A pandemia de Covid-19 como um desafio global ampliou as tendências desintegradoras. Nesse contexto, os líderes regionais e sua vontade política de promover a integração e recorrer às instituições regionais como mecanismo de solução de problemas também desempenham um papel de fomentadores da integração. Assim, a resiliência do regionalismo pode ser fortalecida ou enfraquecida de acordo com as mudanças nas preferências de política externa das potências regionais e de seus líderes.

De uma forma mais minuciosa, a desintegração do Mercosul teve seu embasamento na flexibilização e abertura proposta por muitos governos de direita e centro-direita eleitos nos últimos quatro anos nos países-membros. Assim, foi possível a negociação de tratados de livre comércio com outros de maneira bilateral, e não como bloco. Essa foi uma medida com o intuito de abrir a economia e diversificar as parcerias comerciais extrarregionais retomando relações com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, e fomentar novos, como o Sudeste Asiático. Contudo, a falta de convergência entre os governos que se seguiram afastou novamente os países de trabalharem de modo coordenado em prol dessa ideia. Em adição, os projetos regionais em que os próprios países do bloco estão individualmente envolvidos se

sobrepõem aos interesses do bloco, dando enfoque em agendas como negociações com os Estados Unidos e a Aliança do Pacífico, esvaziando, dessa forma, os propósitos fundadores do bloco (CARVALHO; SENHORAS, 2020).

No que diz respeito a desintegração da Unasul, sua fragmentação foi embasada nas conjunturas econômicas e políticas relacionadas ao perfil governamental raso de integração intrabloco, assim como pelas escolhas de agendas bilaterais dos países membros, para com outras regiões. Com isso, a reemergência do contexto neoliberal em um contexto ainda de estagnação econômica frente às consequências da crise de 2008 trouxe consigo atuações opostas às iniciativas regionais contra-hegemônicas. Além disso, a volta de uma visão protecionista fortaleceu a lógica de negociações bilaterais e plurilaterais, a qual eventualmente repercutiu em uma desaceleração do crescimento da economia mundial, colocando em crise blocos como a Unasul (CARVALHO; SENHORAS, 2020).

Ainda assim, vale ressaltar que todo o processo de desintegração, fragmentação ou enfraquecimento que acometem as instituições regionais são um forte reflexo dos processos políticos que existem na região, mas também do próprio modo de construção e ação dessas instituições. De acordo com Neves e Mariano (2021), a resposta pela desintegração mostra como a trajetória institucional dessas organizações pós-liberais é marcada por limitações estruturais, que fizeram com que existissem ciclos de apoio e desgaste. Estes, somados ao processo ideológico liberal, resultam no enfraquecimento do poder das instituições.

Em adição, com o desmantelamento da Unasul, e a consequente fragmentação cooperativa da região, o regionalismo deixou de ser utilizado para a busca de cooperação e construção de um ambiente de confiança. Os Estados e seus respectivos governos vigentes passaram a usá-lo para reforçar diferenças e polarizações (RAMANZINI JUNIOR *et al*, 2021). Esse novo momento do regionalismo é marcado por uma baixa institucionalização e orçamentos instáveis, já que o mesmo passa a não fazer sempre parte da pauta governamental. Essa reformulação traz consequência para as instituições, sendo uma das mais graves a vulnerabilidade (RAMANZINI JUNIOR *et al*, 2021). Nesse contexto, os organismos internacionais passam a ser ainda mais suscetíveis às instabilidades políticas, econômicas e sociais que possam afetar a região.

No contexto das instituições que foram criadas sob a vigência dos governos neoliberais existe um problema estrutural ainda maior, a falta de institucionalidade em sua criação. Assim, o Grupo de Lime e o Prosul se tornam mais frágeis já que não possuem sede fixa, presidência pro tempore, secretário geral, estatuto e critérios de inclusão/exclusão de membros (RAMANZINI JUNIOR *et al*, 2021). Esse tipo de iniciativa fortalece a flexibilidade da

interação, mas enfraquece as bases geradoras da integração, desfavorecendo oportunidades de cooperação inclusivas, a democracia e a estabilidade regional.

Dessa forma, a partir de 2015 o pêndulo histórico da política se altera novamente, com o ressurgimento da direita liberal nas frentes de poder, afetando as iniciativas regionais que questionavam o *status quo*. De acordo com Carvalho e Senhoras (2020), o que passa a tomar seu lugar no novo ciclo hegemônico pela direita é a agenda geoeconômica exclusivamente centralizada no livre comércio por meio do Foro para o Progresso e a Integração da América do Sul (Prosul). Assim, o que se vê é a democracia empregada no regionalismo para legitimar os governos vigentes e como estratégia para reduzir o risco de um retorno dos governos de esquerda à região (RAMANZINI JUNIOR *et al*). Essa nova postura adotada se mostra totalmente flexível, mas com baixos compromissos, resultando um recuo nos projetos de integração em detrimento de uma cooperação regional possível dentro de uma agenda regida pela ideologia liberal, que fomenta o processo de desintegração regional.

## **6. Considerações Finais**

Três foram os principais fatores que contribuíram para a integração na América do Sul: a influência da globalização, que promoveu a abertura econômica e reduziu as incertezas através da aproximação regional; o fortalecimento do regionalismo em conjunto com a globalização, e a busca por autonomia e poder relativo no contexto internacional, que se intensificou com o fim da Guerra Fria e o surgimento de uma ordem multipolar. Esse regionalismo pós-liberal emergiu nos países latino-americanos, destacando-se pela reintrodução da política nas iniciativas regionais, buscando enfrentar as disparidades entre os países e incorporar a participação social, devolvendo ao Estado o papel central como ator na dinâmica regional. Ainda, para a região do Cone Sul, ao longo do tempo ele foi cada vez mais se especializando em ser um movimento contra-hegemônico, que tinha como ponto principal aumentar a autonomia e a importância da região no contexto global.

Por fim, o que se observa com tudo o que foi supracitado, é que o giro à esquerda foi rapidamente substituído pela direita neoliberal em diversos países da região, o que fez com que não apenas suas iniciativas nacionais, mas as regionais também fossem alteradas ou deixadas de lado. Nesse campo se encontram as iniciativas regionais, que tanto tinham avançado nos anos anteriores e acabaram em segundo plano, com pouca atuação, como foi o caso do Mercosul, ou até mesmo com seu desgaste e fragmentação, como foi o caso da Unasul. As

inclinações da ideologia neoliberal foram os maiores causadores desse desgaste, já que a existência da preferência por manter a soberania Estatal vai em desencontro com a autonomia regional que prevê a integração. Além disso, se mostra mais valioso para os Estados nacionais investir em projetos de cooperação bilateral e de livre comércio, que estejam alinhados com os grandes atores hegemônicos, defensores dos mesmos valores. Com todos esses fatores citados, somados a falta de estruturação basal das instituições regionais foi o que fez com que a desintegração fosse possível.

Como uma forma de agir entre vizinhos de acordo com suas próprias regras, a nova direita também promoveu suas próprias instituições, como exemplificado, o Prosul. Ainda assim, a instituição, em um momento de necessidade, pouco serviu para efetivamente funcionar dentro de um tema tido como essencial em sua declaração, a saúde. Durante a pandemia da Covid-19 o organismo fez pouco mais do que videoconferências e emissão de declarações, evidenciando que tanto as iniciativas já existentes, quanto o próprio regionalismo em si pouco servia para a manutenção de interesses em comum entre os países, evidenciando o desgaste e fragmentação do tema na região.

## Referências

BARROS, Pedro Silva, GONÇALVES Julia Borba. **Fragmentação da Governança Regional, o Grupo de Lima e a política externa brasileira.** Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, vol. 2, n. 3, p. 6-34, 28 dez. 2019.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia Borba; SAMURIO, Sofia Escobar. **Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19.** 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 27, maio/ago. 2020.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Jair Messias Bolsonaro. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/Bolsonaro>> Acesso em: 18 jan. 2023

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Michel Temer. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/viagens-internacionais>> Acesso em: 18 jan. 2023

BORDAZAR, Laura Bogado; BONO, Laura Maira. **Argentina y su Participación en los Procesos de Integración Regional.** Boletim do Tempo Presente, nº 01, de 06 de 2012, p. 1 - 10. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4208>>. Acesso em: 27 mar. 2023

BRICEÑO-RUIZ, José. **O auge e a crise do “Novo Mercosul” no período pós-hegemônico (2003-2016).** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 55-86, 2021.

COELHO, André Luiz; MONTEIRO, Leonardo Valente. **O retorno da direita na América Latina: estratégias institucionais e neogolpismo.** In: Congresso Latino-Americano de Ciência Política, ALACIP, p. 1-35, Montevideu, 2017.

FERREIRA, Amanda. *et al.* **Relações bilaterais Brasil-Argentina: Implicações para a Integração Regional.** Cadernos do Tempo Presente, n. 24, jun./jul. 2016, p. 120-135.

FOLHA. Leia a íntegra do Consenso de Buenos Aires. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml>>. Acesso em: 01 abr 2023

FUCILLE, A. *et al.* **O governo Dilma Rousseff e a América do Sul: a atuação brasileira na UNASUL (2011-2014).** Colombia Internacional (92): 43-72, 2017. <<https://www.redalyc.org/journal/812/81253580003/html/>>. Acesso em: 11 mar. 2023

GUIMARÃES P, Samuel. **O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana.** Temas e Matizes, nº 14, segundo semestre de 2008.

HURRELL, A. **O ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, jan/jun 95, p.23-59.

IPEA. **O Brasil e novas dimensões da integração regional.** Governo Federal. Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Vol. 527. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MALAMUD Andrés. **Desintegração Regional.** O fenômeno e seus impactos na América do Sul. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, vol 8, n. 3, p. 344-354, setembro-dezembro, 2020

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul:** um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MENEZES, Roberto Goulart; RIBEIRO, Claudio Oliveira. **A cooperação Sul-Sul revisitada:** A política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento africano. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos CODE, 2011.

MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/>>. Acesso em 20 mai. 2023

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Integração:** Sonho e Realidade na América do Sul. Governo Federal. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/943-Integracao\\_Sonho\\_e\\_Realidade\\_na\\_America\\_do\\_Sul.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/943-Integracao_Sonho_e_Realidade_na_America_do_Sul.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2023

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A América do Sul e a Integração Regional.** Brasília, 2012. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/943-Integracao\\_Sonho\\_e\\_Realidade\\_na\\_America\\_do\\_Sul.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/943-Integracao_Sonho_e_Realidade_na_America_do_Sul.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2023

MILANI, Livia Peres. **A Cooperação Regional Desde uma Perspectiva Argentina:** Mudanças de Concepção e Reações Frente a Projetos Brasileiros. Boletim de Economia e Política Internacional. BEPI, n. 21, Set./Dez. 2015. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6475/1/BEPI\\_n21\\_Coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6475/1/BEPI_n21_Coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2023

MIRANDA, Roberto. **La participación Argentina en la integración sudamericana.** Cuestiones sobre su contenido político. Invenio, v. 10, n. 18, p. 117-127, 2007.

MOREIRA, Cássio Silva. **A integração regional como resposta ao processo de globalização.** Gestão Contemporânea, Porto Alegre, v. 7, p. 215-243, 2010. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/1.%20ARTIGO%20-%20integracao%20regional%20como%20resposta%20ao%20processo%20de%20globalizacao.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2023

CARVALHO, Patricia Nasser; SENHORAS, Elói Martins. **Crise no Regionalismo Sul-americano:** Discussões sobre integração, fragmentação e desintegração. Revista Tempo do Mundo, n. 23, p. 61-92, 2 dez. 2020.

NEVES, Bárbara Carvalho; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **El regionalismo sudamericano y el giro a la desintegración:** algunas reflexiones. Foro internacional, v. 62, n. 1, p. 137-177, 2022.

NOLTE, Detlef. **From the summits to the plains: The crisis of Latin American Regionalism.** Latin American Policy, 12(1), 181-192, 2021.

NOLTE; D.; MIJARES, V. M. **La crisis de Unasur y la deconstrucción de Sudamérica.** El Espectador, 24 abr. 2018. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/325153950\\_La\\_crisis\\_de\\_Unasur\\_y\\_la\\_deconstruccion\\_de\\_Sudamerica](https://www.researchgate.net/publication/325153950_La_crisis_de_Unasur_y_la_deconstruccion_de_Sudamerica)>. Acesso em: 21 jan. 2023.

NOLTE, Detlef; WEIFFEN, Brigitte. **How regional organizations cope with recurrent stress: the case of South America.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 64, 2021.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **Entre aproximações e rupturas: as guinadas na integração regional.** Revista Tempo do Mundo, 2020, n. 23: p.181-202.

UNASUL. **Infraestrutura para integração regional.** Nações Unidas. Chile, 2012.

Disponível em:

<[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3045/1/S2012340\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3045/1/S2012340_pt.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2023

PAREJAS, María Cristina Silva. **Perspectivas de Chile Frente a la Integración Latinoamericana.** Observatório para las Relaciones Europa-América Latina, p.163-162, 2010. Disponível em: <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/47954.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2023.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini. **As relações com a América do Sul (2008-2015).** Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008, p. 248. IPEA, 2018.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; GONÇALVES, Julia de Souza Borba. **The quest for syntony: democracy and regionalism in South America.** Bulletin of Latin American Research, v. 41, n. 2, p. 305-319, 2022.

RIBEIRO A. S, Caroline. **Política Externa Chile, Argentina e Brasil (2006-2014): Os Caminhos para a Integração Sul-Americana.** Santana do Livramento: Unipampa, 2016. Disponível em: <<https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/756>>. Acesso em 20 abr. 2023

RODRIGUEZ A, Isabel; PRESSACCO C, Carlos. **Chile y los procesos de Integración Regional en América Latina: Su Asociación con el Mercosur.** Si Somos Americanos, Revista de Estudios Transfronterizos, vol. VII, núm. 1, 2005, pp. 85-108, Universidad Arturo Prat Santiago, Chile.

ZUCATTO, Giovana E. **A Ascensão da Direita na América do Sul.** Boletim OPSA, N. 1, p. 6-9, Jan./Mar., 2019. Disponível em: <[http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim\\_OPSA\\_2019\\_n1-jan-mar.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2023